

O PERFIL DAS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE GOVERNANÇA

Ingrid dos Santos Linhares¹, Thaiseany de Freitas Rêgo², Márcio César de Oliveira Quirino³

Resumo: As crises econômicas e escândalos corporativos noticiados na década de 80, motivaram a adoção de novas práticas por parte das empresas, bem como a reavaliação de suas estruturas, de modo a reduzir conflitos de agência. Nesse contexto, o estudo objetiva mapear o perfil das contribuições científicas sobre Governança, em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016. Para tanto, coube realizar um estudo bibliométrico e a análise descritiva dos artigos publicados na área de “Administração pública e de empresas, Ciências contábeis e Turismo”, o que resultou em 262 (duzentos e sessenta e dois) artigos. Entre os principais achados da pesquisa, têm-se: i) a unidade de análise mais utilizada foi “performance e/ou avaliação de desempenho” (6,08%); ii) quanto ao objetivo geral, nota-se que os estudos adotam, prioritariamente, a ideia de “analisar” (25,46%); iii) no enquadramento metodológico, predomina o uso do método estatístico (27,10%), da abordagem empírica (37,40%), da estratégia de pesquisa descritiva (72,14%) e bibliográfica (49,24%); iv) o recorte temporal mais utilizado foi o transversal (62,98%), com dados secundários (59,16%); e iv) a técnica de avaliação mais comum foi do tipo quali-quantitativa (37,79%).

Palavras-chave: Bibliometria. Governança. Produção Científica.

1 INTRODUÇÃO

Na sua forma mais ampla, compreende-se a Governança como um sistema ou modelo de gestão que auxilia na direção e controle das organizações (CADBURY, 1992), cujo foco consiste em garantir que os provedores de capital alcancem o retorno sobre seu investimento (SHLEIFER; VISHNY, 1997; HO, 2005). Nesse contexto, as crises econômicas e escândalos corporativos, envolvendo fraudes contábeis e financeiras, estimularam uma reavaliação da estrutura de poder e das práticas adotadas pelas empresas (SILVEIRA, 2010). Logo, as demandas por ações de proteção aos investidores passaram a ser reivindicadas e atendidas como uma prioridade (HUANG; HO, 2010), o que culminou com o desenvolvimento de Princípios de Governança Corporativa (GC) e a parceria de órgãos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (SILVEIRA, 2010).

Destaca-se que os estudos sobre Governança, geralmente, se fundamentam nos princípios que norteiam as boas práticas de gestão aplicadas a qualquer tipo de organização (JESOVER; KIRKPATRICK, 2005; LISOT, 2012; ALVES; MACHADO FILHO, 2014). Nesse contexto, além da longevidade das empresas tem-se observado uma maior preocupação com a definição da perspectiva de valor (LISOT, 2012; LOPES, 2015). Segundo Marques (2007), existe uma infinidade de áreas de pesquisa sobre Governança, dentre as quais destaca-se as políticas de *e-governance* (SUBRATA DEY; SOBHAN, 2011; KUMARI;

¹ Bacharelanda em Ciências Contábeis.

² Doutora em Administração pela PUC-PR.

³ Mestre em Ciências Contábeis pela UFRN.

SINGH, 2016), os métodos alternativos para solução de conflitos (NASSIF; SOUZA, 2013; BARRETO; BARRETO, 2014) e a responsabilidade social da empresa (SERPA; FOURNEAU, 2007; LINDGREEN; SWAEN, 2010; TAI; CHUANG, 2014).

Como modo de avaliar o que se produz e investigar qual a evolução teórica de uma área de estudo, a inserção de indicadores bibliométricos torna-se essencial, uma vez que permite mapear como as pesquisas são desenvolvidas (MACIAS-CHAPULA, 1998). De modo geral, também é possível compreender qual a orientação teórica e dinâmica adotadas pelos pesquisadores para avaliar os seus resultados e trazer alguma contribuição à temática (BAILÓN-MORENO *et al.*, 2005). Nesse contexto, tem-se como precursores das técnicas para desenvolvimento de estudos bibliométricos, as leis de Lotka (1926), Bradford (1934) e Zipf (1949), que tratam, respectivamente, sobre produtividade científica dos autores, produtividade dos periódicos, frequência de palavras ou termos (EGGHE; RAVICHANDRA RAO, 2002; BAILÓN-MORENO *et al.*, 2005; SCHUBERT; SCHUBERT, 2016).

A GC é definida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002), como um conjunto de práticas que tem a finalidade de assegurar que as decisões estratégicas são tomadas em consonância com os objetivos das organizações, de forma a otimizar o desempenho, proteger as partes interessadas e facilitar o acesso ao capital. Logo, os estudos bibliométricos são fundamentais para a análise e avaliação da produção já publicada (OKUBO, 1997), bem como permite evidenciar as tendências e oportunidades para estudos futuros (EULERICH *et al.*, 2013). Assim, o estudo se propõe a responder a seguinte questão: **Qual o perfil das contribuições científicas sobre Governança em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016?**

Considerando os pontos enumerados, o estudo objetiva mapear o perfil das contribuições científicas sobre Governança em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016. Para tanto, cabe identificar a produção existente sobre a temática, nos periódicos com qualis CAPES, na área de “Administração pública e de empresas, Ciências contábeis e Turismo”, bem como descobrir qual o objeto de estudo e problema de pesquisa abordado nos artigos publicados. Ademais, faz-se necessário detectar qual o enquadramento metodológico adotado pelos autores, no que concerne ao método, abordagem, estratégias, instrumento de coleta e seleção de dados.

Ante ao exposto, cabe frisar que os primeiros estudos sobre Governança foram publicados após a crise de 1980 (EULERICH *et al.*, 2013), período no qual se observou uma desregulamentação financeira na economia americana e em diversos outros países, como o Brasil. Ao considerar uma retrospectiva histórica, destaca-se que já existem algumas contribuições científicas acerca da bibliometria na área de Governança, tanto no âmbito privado (SHLEIFER; VISHNY, 1997; GARCÍA-MECA; SÁNCHEZ-BALLESTA, 2010; MIRANDA; AMARAL, 2011), como no público (JUANIHA; BORTOLI; PEIXE, 2016; PEIXE; ROSA FILHO; PASSOS, 2016; LINHARES; COSTA; RÊGO, 2017). Apesar disso, tais estudos limitam-se a contagem de termos, ou estabelecimento de redes de autoria e instituições (OKUBO, 1997), deixando de lado os aspectos metodológicos adotados nos artigos ao longo do tempo.

Em termos práticos, os estudos bibliométricos permitem identificar as principais linhas teóricas já discutidas e aquelas que carecem de estudos (URBIZAGASTEGUI, 2008), ao mesmo tempo em que permite identificar qual o rumo das pesquisas (GUEDES; BORSCHIVER, 2005), mas o presente estudo mapeia os principais aspectos metodológicos abordados nos artigos publicados em periódicos com Qualis CAPES. Quando se trata da sua aplicabilidade na Governança, torna-se possível ampliar o recorte amostral dos estudos já desenvolvidos (RIBEIRO; SANTOS, 2015), bem como avaliar se houve evolução ou mudanças nas discussões metodológicas sobre como desenvolver as pesquisas. De modo geral, salienta-se que o uso do termo Governança costuma ser utilizado para definir o objeto de estudo ou unidade de análise, principalmente em razão dos “Níveis de Governança” esquematizados pela “Brasil, Bolsa, Balcão” [B3], antiga “Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo” (BM&FBovespa).

2 GOVERNANÇA

Claessens e Yurtoglu (2012) comentam que as concepções acerca da Governança tendem a ser definidas segundo duas categorias. A primeira a destaca como um conjunto de padrões comportamentais das corporações, em termos de desempenho, eficiência, crescimento, estrutura financeira e envolvimento com as partes interessadas. Já a segunda, diz respeito à Governança como um sistema normativo, ao qual a empresa está submetida. Dessa forma, ao definir regras e procedimentos para a tomada de decisão, a Governança direciona a empresa ao alcance de seus objetivos (BAKER; ANDERSON, 2010).

Para Rossetti e Andrade (2014), a Governança também pode ser classificada a partir de outros três elementos-chave: guardião de direitos, sistema de relações e estrutura de poder. Como guardião de direitos, Baker e Anderson (2010) destacam que a GC é o sistema pelo qual as corporações são dirigidas, administradas e controladas, cuja estrutura delimita a distribuição dos direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da corporação. Deste modo, os investidores garantem justo retorno sobre seu investimento (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

No que concerne ao sistema de relações, a Governança observa a Diretoria da empresa, o Conselho administrativo, acionistas e demais partes interessadas (SHLEIFER; VISHNY, 1997). Consequentemente, suas preocupações são direcionadas à solução de problemas coletivos e conflitos de interesse (BECHT; BOLTON; RÖELL, 2002). Quanto a estrutura de poder, Cadbury (1992) aponta que ela conduz as organizações, observando relações externas e internas, que se refletem nos padrões da companhia e repercutem no comportamento da sociedade.

Quando se trata dos princípios éticos de GC e sua aplicação na gestão dos negócios, Claessens e Yurtoglu (2003) comentam que estes devem corroborar com os padrões de comportamento da equipe de gestão, para conduzir à eficiência, o crescimento e adequação de tratamento das partes interessadas. Logo, os princípios e as boas práticas, devem considerar a estrutura organizacional, para proporcionar um desenvolvimento mais íntegro e estável em suas dimensões econômica, social e ambiental (BAKER; ANDERSON, 2010), que podem ser aplicáveis tanto ao setor público, quanto ao privado. Nesse sentido, podem ser expressos em Códigos de boas práticas, como ilustrado no Quadro 1, e que foram construídos por autoridades reguladoras ou instituições que atuam no mercado de capitais, dentre as quais destacam-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Quadro 1: Princípios básicos de Governança

Princípios	Reporte Cadbury (1992)	Código IBCG (2015)	Código King IV (2016)
Transparência (<i>Openness</i>)	Aborda	Aborda	Aborda
Integridade (<i>Integrity</i>)	Aborda	Não aborda	Aborda
Equidade (<i>Fairness</i>)	Não aborda	Aborda	Aborda
Prestação de contas (<i>Accountability</i>)	Aborda	Aborda	Aborda
Responsabilidade corporativa	Não aborda	Aborda	Aborda
Competência (<i>competence</i>)	Não aborda	Não aborda	Aborda

Fonte: Adaptado de Cadbury (1992), IBGC (2015) e King IV (2016).

No que concerne aos princípios listados, o da transparência considera que as informações devem ser evidenciadas de forma clara e possam ir além dos critérios estabelecidos nos dispositivos legais. Logo, as informações divulgadas precisam atender

aos anseios das partes interessadas (IBCG, 2015). Já o princípio da integridade aponta que as informações devem ser divulgadas de forma fidedigna e objetiva, ao evidenciar a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, o que requer profissionalismo dos indivíduos envolvidos na construção dos relatórios (CADBURY, 1992).

Quanto à equidade, segundo o King IV (2016), os atores da Governança devem adotar uma abordagem inclusiva das partes interessadas na execução de seu papel e sobre as responsabilidades de Governança. Assim, as organizações devem ser dirigidas de maneira que não afete negativamente o ambiente natural, a sociedade ou as gerações futuras. O IBCG (2015) destaca que a *accountability* corresponde à responsabilidade dos agentes de Governança em prestar contas de sua atuação, de forma compreensível e tempestiva, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

A responsabilidade corporativa dispõe que os agentes de Governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzindo aspectos negativos de seus negócios e maximizando os positivos (IBCG, 2015). Além disso, devem destacar as responsabilidades e deveres dos Conselhos e da Direção, para melhor compreensão dos padrões de conduta (CADBURY, 1992). A competência, diz que os membros do governo devem tomar medidas para garantir que haja um conhecimento operacional sobre a organização em que atua, bem como do uso do capital, leis, regras, códigos e padrões aplicáveis à organização (KING IV, 2016).

De modo geral, salienta-se que os princípios são de natureza evolutiva e devem ser revisados a fim de garantir o compromisso das organizações com a GC (OCDE, 2015). Segundo Catapam e Cherobim (2010), no Brasil, essa prática é percebida com os segmentos da [B³]: Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Bovespa Mais. Isso, porque, é a partir desses segmentos que se reconhece o perfil das empresas e quais pontos valorizam a sua relação com as partes interessadas: maior atenção de investidores, assegurar direitos aos acionistas, uma abordagem mais aberta quanto à divulgação de informações aos participantes do mercado, reduzindo o risco de assimetria informacional. Por conseguinte, segundo Aguiar, Corrar e Batistella (2004), estudos que abordam esses aspectos possibilitam uma maior transparência ao mercado de capitais, uma vez que tende a atrair novos investidores e aumentar o volume de transações.

2.1 BIBLIOMETRIA

A bibliometria promove o registro de como está se desenvolvendo a produção científica de uma determinada área do conhecimento e as escolhas dos pesquisadores ao desenvolverem seus estudos científicos. De tal modo, é possível identificar as linhas de pesquisa tratadas em caráter prioritário em uma determinada região e em diferentes contextos (ELLEGAARD; WALLIN, 2015). Logo, além de contribuir com o mapeamento do atual estado do conhecimento produzido, também auxilia no planejamento e gerenciamento das pesquisas acadêmicas (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Segundo Café e Bräscher (2008), o conteúdo das leis de Lotka (1926), Bradford (1934) e Zipf (1949), que tratam, respectivamente, da produtividade científica, dispersão bibliográfica e frequência das palavras, auxiliam no monitoramento da produção científica. Para Guedes e Borschiver (2005), tais leis são as mais conhecidas e utilizadas para medir a produção científica. Nesse contexto, Okubo (1997) também lista alguns indicadores para avaliar o impacto da produção científica na comunidade acadêmica e sua efetiva utilidade dos resultados de uma pesquisa no cotidiano.

Na Lei estabelecida por Lotka (1926) sobressai o cuidado com a produtividade dos pesquisadores de fato e os aventureiros, ou seja, avalia os pesquisadores de referência em termos de conhecimento e publicações, e os separa daqueles ditos aventureiros, que

produzem artigos para cumprir uma formalidade pontual. Isso é traduzido na aplicação dos quadrados inversos, no qual o número de autores que publicam uma determinada quantidade de obras é inversamente proporcional ao quadrado dessas obras (POTTER, 1981). Nesse contexto, destaca-se que a proporção dos que contribuem unitariamente, é de mais ou menos 60%, se comparado com aqueles pesquisadores mais prolíferos, ou que produzem em maior escala (ALVARADO, 2002; BAILÓN-MORENO *et al.*, 2005).

Já a Lei de Bradford (1934) observa os retornos e dispersões decrescentes das pesquisas, uma vez que descreve uma relação quantitativa entre revistas e os artigos publicados, delimitando zonas de produtividade de um determinado campo de estudo ou área do conhecimento. Nesse contexto, ressalta-se que estudos que seguem essas prerrogativas permitem identificar que há poucos periódicos que divulgam muitos artigos, e muitos periódicos que publicam poucos artigos (BENSMAN, 2007; VIJU, 2013). Com isso, foi possível inserir o conceito de “núcleo” nos estudos que objetivam identificar a distribuição dos artigos entre os periódicos ou temáticas (BAILÓN-MORENO *et al.*, 2005).

A Lei de Zipf (1949) observa a frequência quanto ao uso de palavras ou termos em um texto, cuja escolha é guiada pelo princípio do menor esforço (FAIRTHONE, 1969), ou seja, é preferível o uso de palavras mais casuais, curtas e fáceis de pronunciar. Isso favorece o uso de termos mais comuns e desencoraja a adoção de palavras ou termos incomuns, o que influencia o conteúdo semântico de um dado texto (BAILÓN-MORENO *et al.*, 2005). Para chegar a esse resultado, a referida técnica respalda-se na relação de potência, que considera a frequência, ocorrência ou posição de uma dada palavra em uma lista ordenada (GUEDES; BORSCHIVER, 2005; ARAÚJO; SANSÃO; YEHIA, 2016).

Splitter, Rosa e Borba (2012) comentam que todas as leis enumeradas e os indicadores tratados por Okubo (1997) são significantes para monitorar e identificar tendências de pesquisa para uma determinada área do conhecimento. Contudo, salienta-se que tais parâmetros só têm validade se tratados de forma conjunta ou em caráter complementar, com destaque para aqueles enumerados no Quadro 2. Segundo Macias-Chapula (1998), os referidos indicadores são comumente utilizados em estudos nacionais e internacionais que abordam a bibliometria como técnica de coleta de dados e objetivam mapear os estudos ou organizar uma agenda de pesquisa.

Quadro 2: Indicadores bibliométricos

Indicador	Lotka (1926)	Bradford (1934)	Zipf (1949)	Okubo (1997)
1 Co-autoria/colaboradores				x
2 Co-citações				x
3 Co-publicações				x
4 Frequência de palavras			x	
5 Índice de afinidade				x
6 Laços científicos				x
7 Número de citações				x
8 Número de patentes citadas				x
9 Número de trabalhos por autor	x			x
10 Número de trabalhos por instituição				x
11 Número de trabalhos por país				x
12 Número de trabalhos por periódico		x		x

Fonte: Adaptado de Splitter, Rosa e Borba (2012).

Quando se trata do uso de indicadores bibliométricos, Splitter, Rosa e Borba (2012) comentam que 31,4% dos estudos que se intitulam como de natureza bibliométrica não fazem uso de nenhum dos indicadores mencionados, o que compromete o resultado da pesquisa. Nesse contexto, quando se deseja mapear uma determinada área de pesquisa, é imprescindível conhecer os indicadores mais adequados para avaliá-la e com isso obter resultados mais efetivos (ARAÚJO, 2002). Segundo Teixeira, Iwamoto e Medeiros (2013), isso pode ocorrer porque alguns artigos apresentam categorias que não são contempladas nas leis que norteiam a bibliometria, mas que podem ser inseridas como informações complementares ou tão importantes quanto a contagem ou estabelecimento de relações.

2.2 ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS SOBRE GOVERNANÇA

Com o propósito de atender ao objetivo do presente estudo, bem como ir além dos resultados já alcançados por outros trabalhos bibliométricos sobre a Governança, apresenta-se no Quadro 3 os indicadores já utilizados. Isso, porque, nem todos os trabalhos veiculados no meio acadêmico costumam adotar todos os indicadores elencados por Splitter, Rosa e Borba (2012). Isso mostra o quanto é importante reconhecer e inserir métricas que possam direcionar os pesquisadores a desenvolverem estudos mais robustos ou significativos em uma determinada área do conhecimento.

Quadro 3: Estudos anteriores sobre Governança*

Autores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Bonfim (2006)				x			x			x		x
Martins, Hildebrand e Ziviani (2008)		x		x			x		x	x		
Zapata (2008)									x		x	x
Bianchi <i>et al.</i> (2009)							x		x		x	
Durisin e Puzone (2009)		x					x		x			x
Catapan e Cherobim (2010)									x	x		
Muritiba <i>et al.</i> (2010)							x		x	x		x
Huang e Ho (2011)				x			x		x			x
Duarte, Cardozo e Vicente (2012)							x		x	x		
Ribeiro <i>et al.</i> (2012)				x			x		x	x		
Eulerich <i>et al.</i> (2013)		x				x	x					
Ribeiro e Santos (2015)	x			x		x			x	x	x	x
Mazzioni <i>et al.</i> (2015)	x					x						x

*Nota: Numeração definida com base no Quadro 2.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Considerando os pontos enumerados, sobressai como unidade de análise os artigos publicados em anais de eventos (MAZZIONI *et al.*, 2015; DUARTE; CARDOZO; VICENTE, 2012; BIANCHI *et al.*, 2009; NASCIMENTO *et al.*, 2009; MARTINS; HILDEBRAND; ZIVIANI, 2008) e em periódicos nacionais (RIBEIRO; MURITIBA; MURITIBA, 2012; BONFIM, 2005) ou internacionais (ZAPATA, 2008; DURISIN; PUZONE, 2009), que tratam do uso de indicadores bibliométricos para mapear o tema Governança. Também é comum a inter-

relação do tema com conteúdo das áreas de Administração, Contabilidade, Gestão e Finanças (DURISIN; PUZONE, 2009).

Seguindo a lógica adotada em estudos anteriores, o presente trabalho permite trazer como contribuição adicional, ao mapear os procedimentos metodológicos adotados pelos pesquisadores que escrevem na área de Governança. Tudo isso, observando a leitura atenta do conteúdo dos procedimentos metodológicos abordados nos artigos científicos objeto de estudo. Ademais, permite averiguar se os dados coletados corroboram ou não com os aspectos metodológicos e escolhas abordadas em outras pesquisas de mesma natureza (GIL, 2008).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que o objetivo deste estudo consiste em mapear o perfil das contribuições científicas sobre Governança em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016, coube identificar a produção existente sobre a temática, nos periódicos com Qualis CAPES na área de “Administração pública e de empresas, Ciências contábeis e Turismo”. Isso culminou com o desenvolvimento de uma pesquisa dedutiva, que segue uma abordagem bibliométrica. Segundo Marconi e Lakatos (2003), os estudos dedutivos consideram o conteúdo das premissas, com o propósito de explicá-las, como corretos ou não. Já a bibliometria segue em analisar a atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011).

No que concerne a estratégia de pesquisa, o estudo aborda a descritiva e documental, uma vez que observa a leitura e análise cuidadosa dos artigos quanto aos aspectos metodológicos anunciados ou compreendidos no item que se refere a “metodologia”. As pesquisas descritivas permitem caracterizar uma determinada população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre as variáveis (GIL, 2008). Já os estudos documentais são aqueles que consideram como fonte de dados, informações e evidências já publicadas (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

O estudo se vale de um recorte temporal do tipo longitudinal, que compreende o período de 2010 a 2016, bem como a classificação entre o triênio (2010 a 2012) e quadriênio (2013 a 2016), anunciados na Plataforma Sucupira, para classificar os periódicos no período sob análise, e de dados secundários. De acordo com Hernández-Sampiere, Fernández-Collado e Lucio (2006), esse tipo de recorte considera dados coletados ao longo do tempo em pontos ou períodos, para fazer inferências a respeito de mudanças, seus determinantes e consequências. Destaca-se que o uso de dados secundários é pertinente quando se utilizam, fundamentalmente, de contribuições já publicadas sobre o tema estudado (BEUREN *et al.*, 2013).

Quanto a técnica de coleta de dados, fez-se uso de um *checklist* disposto em Anexo e que já havia sido utilizado em outros trabalhos científicos (ALMEIDA; RÊGO; PRADO, 2017). O uso desse tipo de instrumento de coleta é pertinente quando se pretende identificar ou simplificar dados não sistematizados e que requerem fundamento teórico a apropriação dos conteúdos pertinentes a metodologia (BEUREN *et al.*, 2013). Logo, esse tipo de técnica precisa considerar se a população pesquisada dispõe dos elementos necessários para aplicação de uma determinada proposta teórica, de modo a operacionalizar a pesquisa.

A definição dos periódicos utilizados como objeto de estudo observou a presença do termo Governança, no título, resumo ou palavras-chave, nos artigos publicados em todos os periódicos nacionais com Qualis. Isso resultou em um total de 80 (oitenta) periódicos como objeto de estudo e em uma amostra não probabilística, por conveniência, e que contempla 262 (duzentos e sessenta e dois) artigos. Esse tipo de amostra é adequado quando o autor

se utiliza dos elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o seu universo (GIL, 2008).

No que concerne a técnica de avaliação dos dados, o estudo se vale da análise de conteúdo da amostra de artigos selecionados, para subsidiar o preenchimento do *checklist* e proceder com o uso da estatística descritiva (frequência). Ademais, coube proceder com o uso dos recursos bibliométricos, que permitem quantificar os artigos por periódico e período (triênio e quadriênio). Como recurso técnico para organização dos dados e de modo a subsidiar a análise, fez-se uso do IBM SPSS *Statistics*® (versão 25.0).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de mapear o perfil das contribuições científicas sobre Governança em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016, fez-se necessário identificar o objeto de estudo ou unidade de análise, frequentemente abordado nos estudos. Primeiramente, é necessário definir a unidade de análise, que, por sua vez, se constitui como o(s) objeto(s) ou evento(s) ao(s) qual/quais a pesquisa se refere, o que ou quem será descrito, analisado ou comparado (SIGLENTON, 1988). Nesse contexto, nota-se que predomina a publicação de estudos relacionados as “boas práticas de governança” (3,80%) no triênio, e sobre “performance e/ou avaliação de desempenho” (6,08%), no quadriênio, como ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1: Objeto de estudo ou unidade de análise

Objeto de estudo ou unidade de análise	Triênio	Quadriênio
Adesão e/ou migração para os níveis diferenciados de GC	2,66%	2,66%
Adoção das IFRS (<i>International Financial Reporting Standard</i>)	-	0,38%
Auditoria	1,14%	1,9%
Boas práticas de governança	3,80%	2,66%
Conselho de administração	1,52%	3,8%
Conservadorismo contábil	0,38%	0,38%
Controladoria	-	0,76%
Criação de valor	0,76%	1,52%
Cultura organizacional	-	0,38%
Custos de agência	1,52%	0,38%
Custos de governança	-	0,38%
<i>Disclosure</i> de informações contábeis	3,42%	4,18%
Economia política	0,38%	0,76%
Empresas familiares	1,14%	1,14%
Estrutura conceitual do relato integrado (IIRC)	-	0,38%
Estratégia corporativa	0,38%	1,14%
Estrutura de capital	0,76%	1,52%
Estrutura de governança e APL's (Arranjos produtivos locais)	1,14%	0,38%
Estrutura de propriedade	1,14%	3,42%

Objeto de estudo ou unidade de análise	Triênio	Quadriênio
Estrutura/mecanismos de controle	0,76%	0,38%
Evidenciação de informações socioambientais	1,14%	2,66%
Fechamento do capital de companhias	-	0,38%
Gerenciamento de resultados	1,14%	1,14%
Gestão de recursos humanos	0,38%	0,38%
Governança aplicada ao setor público	1,14%	1,52%
Governança em bancos centrais	-	0,38%
Governança e regionalização do turismo	-	0,76%
Governança e/ou gestão ambiental	0,38%	1,90%
Governança judicial	0,38%	-
Governança no terceiro setor	0,38%	0,38%
Governança portuária	-	0,38%
Impactos da governança cooperativa	0,38%	1,14%
Lei Sarbanes-Oxley	1,90%	0,38%
Performance e/ou avaliação de desempenho	2,28%	6,08%
Planejamento tributário	0,38%	1,14%
Produção acadêmica científica sobre “governança” e temas afins	1,52%	2,66%
Qualidade da informação contábil	0,38%	0,76%
Relação entre internacionalização e governança no mercado de capitais brasileiro	-	0,38%
Responsabilidade social corporativa	1,14%	0,76%
Retorno das ações	1,14%	1,14%
<i>Stakeholders</i>	0,76%	0,76%
Sustentabilidade empresarial	1,52%	3,04%
Tecnologia da informação	1,14%	1,9%
Teoria da agência	1,14%	1,14%
Transações com partes relacionadas	-	0,38%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que o tema “boas práticas de governança corporativa” (3,80%) é o que foi mais tratado entre os 104 artigos do recorte do triênio (2010 a 2012), isso pode ser justificado em razão desta temática estar associada como elemento capaz de alinhar interesses das partes envolvidas e preservar o valor econômico da organização (IBCG, 2015; MAZZIONI *et al.*, 2015). Neste sentido, observa-se, que a maior parte dos estudos buscaram avaliar as relações existentes entre as boas práticas de governança corporativa com o desempenho e imagem da organização.

Já no quadriênio (2013 a 2016), destaca-se a temática “performance e/ou avaliação de desempenho” (6,08%), em função das organizações buscarem máxima eficiência, com os menores custos possíveis. Visto que, do ponto de vista prático, avaliar e/ou mensurar o desempenho empresarial, é uma forma de aferir se os objetivos traçados estão sendo alcançados (BEUREN; MARCELLO, 2016). Para a agenda de estudos futuros, cabe tratar a

respeito do “conservadorismo contábil”, “gestão de recursos humanos” e análise da “governança” em setores específicos, tais como: terceiro setor, ambiente judicial, bancos, ambiente portuários.

Quanto ao objetivo geral ou apresentação do problema de pesquisa, nota-se que os estudos adotam, prioritariamente, o uso de verbos que se propõem a fazer uma análise ou obter conhecimentos, como ilustrado na Tabela 2. A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de maneira que seja possível fornecer respostas ao problema proposto para investigação (GIL, 2008). Com isso torna-se possível identificar quais as especificidades que podem gerar melhores condições para o desenvolvimento de estudos posteriores, respaldados no aparato conceitual (TEIXEIRA, 2003).

Tabela 2: Verbos utilizados para definir o objetivo do estudo

Verbos para...	Exemplos	Triênio	Quadriênio
Obter conhecimento	Apontar, buscar, conhecer, contribuir, destacar, discorrer, explorar, fornecer, identificar, investigar, levantar, mapear, mostrar, obter, perceber, pesquisar	14,44%	16,30%
Fazer análise	Analisar, averiguar, comparar, observar, relacionar, ver, verificar	13,30%	26,98%
Gerar discussão	Caracterizar, compreender, delinear, descrever, discutir, estabelecer, examinar, explicitar	6,08%	5,32%
Propor aplicação	Apresentar, determinar, desenvolver, oferecer, promover	2,66%	3,02%
Fazer avaliações	Avaliar, entender, estimar, mensurar, testar	2,28%	7,60%
Fazer síntese	Constituir, criar, estudar	-	1,52%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os dados apontam que tanto para o triênio, quanto para o quadriênio, os verbos mais utilizados foram “analisar” e “identificar”, cujo uso é comum para definir objetivos específicos em pesquisas de caráter explicativo e exploratório, respectivamente (DOSXEY; DE RIZ, 2003). Segundo Richardson (1999), as pesquisas de caráter explicativo possuem o objetivo de explicar as causas e ocorrências de determinado fenômeno; já as pesquisas de caráter exploratório, buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Para estudos futuros, pode-se adotar verbos de caráter descritivo, tais como “descrever”, “caracterizar” e “discutir”, para trazer algum tipo de discussão, propor aplicações ou fazer avaliações sobre fatos e fenômenos relacionados a temática (GIL, 2008).

No que diz respeito ao enquadramento metodológico, foram detectadas informações pertinentes ao método de pesquisa e abordagem metodológica predominante, bem como o tipo de estratégia utilizada, recorte temporal, origem dos dados, definição do universo e amostra, técnica de coleta e análise de dados. Tudo isso, com vias a mapear os aspectos metodológicos predominantes e aqueles que podem ser inseridos ou direcionados para estudos futuros. Logo, quanto ao método e abordagem de pesquisa, os dados revelam que o uso do método estatístico foi o mais utilizado no quadriênio (27,10%), ao passo em que o método comparativo predominou na análise do triênio, conforme ilustrado na Tabela 3. Nessa conjuntura, caberia incluir o método comparativo para a realização de novos estudos, de modo a verificar similaridades ou divergências.

Tabela 3: Enquadramento metodológico preliminar

Enquadramento	Tipos	Triênio	Quadriênio	Total	%
Método	Estatístico	-	71	71	27,10
	Hipotético-dedutivo	11	15	26	9,92
	Comparativo	4	20	24	9,16
	Indutivo	2	2	4	1,53
	Dedutivo	2	-	2	0,76
	Monográfico	-	1	1	0,38
	Não identificado	86	48	134	51,15
Abordagem	Empírica	36	62	98	37,40
	Estruturalista	-	8	8	3,05
	Sistêmica	1	1	2	0,76
	Positivista	1	-	1	0,38
	Não identificado	67	86	153	58,40

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da Tabela 3, é possível notar também que muitos pesquisadores não costumam indicar qual o método (51,15%) e tipo de abordagem (58,40%) foram adotadas em sua pesquisa, o que de certo modo prejudica a compreensão do leitor sobre quais bases metodológicas foram utilizadas. A abordagem empírica se destaca entre os artigos, uma vez que consiste em observar, avaliar ou reproduzir, visando confrontar conceitos teóricos, com a finalidade de fornecer indícios para sustentar ou destacar a aplicabilidade de uma teoria (ESPEJO *et al.*, 2009). Isso corrobora com a afirmação dos autores Catapan e Cherobim (2010), assim como os resultados obtidos por Linhares, Costa e Rêgo (2017), que observaram preferência ao empirismo, no que se refere a tipologia metodológica na pesquisa sobre governança.

No que concerne as estratégias de pesquisa, a descritiva se destaca para o quadriênio, ao passo que a bibliográfica é que chama atenção na análise do triênio, como indicado na Tabela 4. Isso pode ser explicado em função da necessidade de busca e sistematização do material utilizado na construção dos artigos (LINHARES; COSTA; RÊGO, 2017). Ademais, por meio dessa estratégia de pesquisa, é possível reunir as contribuições de diversos autores sobre determinada área ou temática em estudo (BEUREN *et al.*, 2013).

Tabela 4: Estratégia de pesquisa

Estratégia	Triênio	Quadriênio	Total	%*
Descritiva	76	113	189	72,14
Bibliográfica	104	25	129	49,24
Levantamento ou <i>survey</i>	60	65	125	47,71
Documental	67	47	114	43,51
Exploratória	57	26	83	31,68
Estudo de caso	15	26	41	15,65
Explicativa	25	13	38	14,50
Outras estratégias	1	6	7	2,67

Estratégia	Triênio	Quadriênio	Total	%*
Diagnóstico	1	-	1	0,38
Experimental	1	-	1	0,38
Proposição de planos e programas	1	-	1	0,38
Historiográfica	-	1	1	0,38
Pesquisa de avaliação	-	1	1	0,38

*Nota: Percentual determinado em função do número de trabalhos analisados (262).

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O uso de estratégias de pesquisa como o diagnóstico, ações experimentais, proposição de planos e programas, historiográfica e pesquisa de avaliação, são pouco observadas. Isso pode ser em razão de seu uso ser pouco disseminado ou até pela dificuldade ou falta de habilidade dos autores em utilizar-se dessa estratégia de pesquisa. Em estudos anteriores, é possível notar que as estratégias de pesquisa mais utilizadas foram a quase-experimental, levantamento e estudo de caso (MAZZIONI *et al.*, 2015), já Correa e Bortoluzzi (2015) e Linhares, Costa e Rêgo (2017) identificaram a bibliográfica como a mais utilizada em pesquisas relacionadas a Governança.

Quanto ao espaço temporal, a Tabela 5 destaca que o recorte transversal é o mais utilizado, o que segundo Malhotra (2012), consiste em permitir a coleta de dados concernentes a um único momento no tempo. Os dados são, em sua maioria, do tipo secundário, o que de acordo com Malhotra (2012), é um indício de que os estudos fazem uso de dados que podem ser localizados de forma rápida e econômica, por considerar o uso de dados anteriormente publicadas a respeito do tema. Ante ao exposto, destaca-se que novos estudos podem ser realizados, fazendo uso da análise longitudinal e de dados primários, que permitem averiguar ou constatar mudanças quanto ao antes e depois da adoção de uma normativa, por exemplo.

Tabela 5: Recorte temporal e origem dos dados

Enquadramento	Tipos	Triênio	Quadriênio	Total	%
Recorte temporal	Transversal	73	92	165	62,98
	Longitudinal	32	65	97	37,02
Origem dos dados	Secundário	63	92	155	59,16
	Primário e secundário	25	59	84	32,06
	Primário	17	6	23	8,78

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em estudos anteriores, apenas o estudo de Linhares, Costa e Rêgo (2017), que trata acerca de governança pública identificou o recorte e origem dos dados, descrevendo que a maior parte dos estudos se utilizaram do corte longitudinal, e que predominou o uso de dados secundários, o que pode ser justificado pelo fato dos estudos serem realizados com dados contábil publicados em Portais da transparência. Quanto a coleta de dados, a Tabela 6 aponta que predomina o uso da observação (57,25%), que para Hernández-Sampiere, Fernández-Collado e Lucio (2006) consiste no registro sistemático, válido e confiável de comportamento ou conduta manifestada.

O uso do *checklist* (27,48%), justifica a predominância de dados secundários, ao passo em que a realização de entrevistas (17,18%) e aplicação de questionários (14,12%),

induz a compreensão de que os pesquisadores também fazem uso de dados primários. Ademais, poucos trabalhos fizeram uso de formulários (1,15%), o que para Marconi e Lakatos (2003), indica uma certa resistência dos pesquisadores em criar um roteiro de perguntas e se manter presente durante todo o processo de coleta de dados.

Tabela 6: Técnica de coleta de dados

Estratégia	Triênio	Quadriênio	Total	%*
Observação	7	143	150	57,25
<i>Checklist</i>	67	5	72	27,48
Entrevista	23	22	45	17,18
Questionário	21	16	37	14,12
Painel	3	27	30	11,45
Formulário	1	2	3	1,15
Outras técnicas	-	4	4	1,53

*Nota: Percentual determinado em função do número de trabalhos analisados (262).

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Catapan e Cherobim (2010) identificaram uma preferência pelo uso do *software* Economática®, enquanto Correa e Bortoluzi (2015) identificaram que 62% dos estudos analisados não explicitaram qual a sistemática adotada. Quanto a unidade de análise, nota-se que quando adotam a amostra do tipo probabilística, predomina o uso da amostra estratificada (33,59%), como consta na Tabela 7. Segundo Malhotra (2012), esse tipo de amostra permite subdividi-la em estratos e subconjuntos, que não podem ser repetidos ou omitidos do processo de coleta. Já quando fazem uso da amostra não probabilística, percebe-se que a do tipo por acessibilidade ou conveniência (32,82%) é mais comum, uma vez que considera a disponibilidade e interesse dos pesquisados em participar do estudo.

Tabela 7: Recorte da unidade de análise

Amostra	Tipos	Triênio	Quadriênio	Total	%
Probabilística	Estratificada	-	88	88	33,59
	Aleatória simples	-	3	3	1,15
	Conglomerados, grupos ou cluster	1	2	3	1,15
	Aleatória sistemática	-	2	2	0,76
Não probabilística	Acessibilidade ou conveniência	51	35	86	32,82
	Julgamento	27	-	27	10,31
	Cotas ou quotas	23	3	26	9,92
	Acidental, causal ou conveniente	1	4	5	1,91
	Sequencial	1	-	1	0,38
Estudo de caso		1	18	19	7,25
Não identificado		-	2	2	0,76
Total		105	157	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Estudos que discutam sobre população e amostra, são escassos, sendo identificados apenas nos resultados de Linhares, Costa e Rêgo (2017), em que 96,88% dos artigos analisados adotaram a amostragem do tipo não probabilística. Esse tipo de amostra destaca-se por possuir pouco rigor técnico para a definição do objeto de análise, ao passo em que apenas 3,12% fazem uso a amostra probabilística. Com isso, percebe-se que os pesquisadores optam muito mais por fazerem uso das técnicas de amostragem, em razão da limitação de tempo e de recursos financeiros ou humanos, para a coleta de dados.

No que concerne à técnica de análise de dados, nota-se que 37,79% dos pesquisadores adotam, predominantemente, a combinação da análise quantitativa e qualitativa, conforme consta na Tabela 8. Os estudos quantitativos são comumente utilizados quando se deseja objetividade, visto que recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, relações de variáveis, entre outros (GIL, 2008). Já os estudos qualitativos são adotados com o intuito de explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GIL, 2008).

Tabela 8: Técnicas de análise

Técnicas	Triênio	Quadriênio	Total	%
Quantitativa e qualitativa	59	40	99	37,79
Quantitativa	26	65	91	34,73
Qualitativa	19	51	70	26,72
Não identificado	1	1	2	0,76
Total	105	157	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Segundo Linhares, Costa e Rêgo (2017), o uso de técnicas qualitativas e quantitativas ocorrem em função do uso combinado da análise de conteúdo (qualitativa) dos documentos, com o uso da estatística descritiva ou da inserção de análises quantitativas mais sofisticadas (análise de multivariada da variância, análise paramétrica). Correa e Bortoluzzi (2015) apontam que 55% dos estudos utilizaram-se de análise qualitativa, em contrapartida, apenas 45% utilizaram a quantitativa. Já Ribeiro *et al.* (2012) identificaram que a abordagem de pesquisa quantitativa foi a preponderante de 1998 a 2009, com 75% do montante dos trabalhos, cujas técnicas mais utilizadas foram regressão, mínimos quadrados e Q de Tobin.

Ante ao exposto, o presente estudo aponta que o perfil das contribuições científicas sobre Governança em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016 adotam como unidade de análise “boas práticas de governança” (3,80%) e “performance e/ou avaliação de desempenho” (6,08%). Quanto ao objetivo geral ou apresentação do problema de pesquisa, nota-se que os estudos adotam, prioritariamente, a ideia de analisar (25,46%). No que se refere ao enquadramento metodológico, constata-se que predomina o uso do método estatístico (27,10%), da abordagem empírica (37,40%), da estratégia de pesquisa descritiva (72,14%) e bibliográfica (49,24%). O recorte temporal mais utilizado foi o transversal (62,98%), com dados secundários (59,16%), enquanto a técnica de coleta predominante é do tipo observação (57,25%). Quanto à definição do universo e amostra, sobressai o uso da amostra do tipo probabilística estratificada (33,59%) ou acessibilidade (32,82%). Ao que se refere sobre as técnicas de avaliação, o uso do tipo quali-quantitativo (37,79%) é o mais comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a analisar o perfil das contribuições científicas sobre Governança em periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016. Para tanto, coube realizar um levantamento, entre os periódicos nacionais, dos artigos que abordam a temática e sistematizar as informações contidas nele, de acordo com os preceitos da Bibliometria e análise do enquadramento metodológico. Isso resultou em uma amostra composta por 262 (duzentos e sessenta e dois) artigos.

Quanto ao objeto de estudo ou unidade de análise, o estudo indica que predomina, no triênio (2010-2012), as “boas práticas de governança” (3,80%), e de “performance e/ou avaliação de desempenho” (6,08%), no quadriênio. Ambos os objetos de estudo estão intimamente relacionados, visto que detectam um conjunto de boas práticas que fomenta o desempenho ou performance da organização.

Em relação ao objetivo dos estudos e ao problema de pesquisa, constata-se que a ideia de analisar (25,46%) foi adotada prioritariamente, seguida por identificar (14,06%), verificar (11,78%) e investigar (8,70%). No que diz respeito ao enquadramento metodológico os dados revelam que predomina o uso do método estatístico (27,10%) e a abordagem empírica (37,40%). Quanto a estratégia de pesquisa, chama atenção, o uso da descritiva (72,14%) e bibliográfica (49,24%). Já em relação ao recorte temporal, o transversal é o mais utilizado (62,98%), assim como os dados secundários (59,16%), e da adoção da observação como técnica de coleta (57,25%).

Considerando os pontos enumerados destaca-se que o estudo se limita a periódicos nacionais, no período de 2010 a 2016, que foram publicados na área de “Administração pública e de empresas, Ciências contábeis e Turismo”. Limitando-se a um recorte temporal de apenas 6 anos e sob a perspectiva apenas nacional, excluindo a produção científica já publicada acerca do tema na literatura internacional. Diante disso, sugere-se que além dos métodos bibliométricos utilizados, fossem adotados outros que ainda não foram explorados em estudos anteriores, tais como índice de afinidade e número de patentes citadas.

Além disso, para estudos futuros sugere-se que sejam inclusas variáveis que permitam acompanhar a lógica de publicação dos artigos, de modo a verificar de onde eles derivam (projetos de pesquisa; dissertações ou teses), uma vez que permite identificar se as discussões evoluem com o tempo. Ao observar as recomendações dos estudos analisados sugere-se como agenda de pesquisa: ampliar o recorte temporal e incluir periódicos internacionais, bem como avaliar se o rigor metodológico dos artigos publicados se diferencia entre os periódicos e eventos da área “Administração pública e de empresas, Ciências contábeis e Turismo”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. B.; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. Adoção de governança corporativa e o comportamento das ações na Bovespa: evidências empíricas. **Revista de Administração**, v. 39, n. 4, p. 338-347, 2004.

ALMEIDA, F. S. REGO, T. F. PRADO, A. G. S. Um estudo bibliométrico a respeito do uso dos custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões, no Congresso Brasileiro de Custos, 24, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CBC, 2017.

ALVARADO, R. U. A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 87-102, maio/ago. 2008.

ALVARADO, R. U. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 14-20, maio/ago. 2002.

ALVES, C. A. M.; MACHADO FILHO, C. A. P. Os princípios de Governança corporativa e a atuação das ouvidorias em instituições bancárias no Brasil. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 51-63, abr./jun. 2014.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2002.

ARAÚJO, L. C.; SANSÃO, J. P. H.; YEAHIA, H. C. Influência da lei de Zipf na escolha de senhas. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 1313-1327, abr. 2016.

BENSMAN, S. J. Garfield and the impact factor. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, n. 1, p. 93-155, 2007.

BAILÓN-MORENO, R. *et al.* Bibliometric laws: empirical flaws of fit. **Scientometrics**, v. 63, n. 2, p. 209-229, 2005.

BHAGHAT, S. BLACK, B. The uncertain relationship between board composition and firm performance. **Business Lawyer**, v. 54, n. 3, p. 921-963, mai. 1999.

BAKER, H. K.; ANDERSON, R. **Corporate governance**: a synthesis of theory, research, and practice. Estados Unidos: John Wiley & Sons, 2010.

BAKKER, F. G. A.; GROENEWEGEN, P.; DEN HOND, F. A bibliometric analysis of 30 years of research and theory on corporate social responsibility and corporate social performance. **Business & Society**, v. 44, n. 3, p. 283-317, set. 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, M. G. P.; BARRETO, E. F. A mediação como instrumento para resolução de conflitos nas empresas familiares. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 149-160, out. 2014.

BECHT, M.; BOLTON, P.; RÖELL, A. **Corporate governance and control**. Bélgica: ECGI – Finance Working Paper, 2002.

BEUREN, I. M.; SOUZA, J. C. Em busca de um delineamento de proposta para classificação dos periódicos internacionais de contabilidade para o Qualis Capes. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 44-58, jan./abr. 2008.

BEUREN, I. M.; MARCELLO, I. E. Relação da Importância dos Recursos Estratégicos com as Medidas de Desempenho em Empresas Brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 15, n. 1, p. 64-82, 2016.

BIANCHI, M. *et al.* A evolução e o perfil da Governança corporativa no Brasil: um levantamento da produção científica do Enanpad entre 1999 e 2008. **Contexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 1-26, jan./jun. 2009.

BOMFIM, R. T. A produção acadêmica sobre Governança corporativa no Brasil: 2003 a 2005. **Cadernos do SepADM**, n. 3, p. 51-65, 2006.

BORGES, E. Q. **Um estudo bibliométrico sobre a revista Pensar Contábil**. 2013. 22fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BORTOLOSSI, H. J.; QUEIROZ, J. J. D.; SILVA, M. M. **A lei de Zipf e outras leis de potência em dados empíricos**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática (Projeto Klein de Matemática em Português), 2011.

BRADFORD, S. C. Sources of informations on specific subjects. **Journal of Information Science - Lecture notes in computer science**, v. 10, n. 4, p. 173-180, 1934.

BROWN, P.; BEEKES, W.; VERHOEVEN, P. Corporate governance, accounting and finance: a review. **Accounting and Finance**, v. 51, n. 1, p. 96-172, march 2011.

CADBURY, G. A. H (Sir). **The financial aspects of corporate governance**. London: GEE, 1992. Disponível em: <http://www.ecgi.org/codes/documents/cadbury.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

CAFÉ, L. M. A.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 54-75, jan./jun. 2008.

CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D.R.; YE, Z. Corporate governance research in accounting and auditing: insights, practice implications, and future research directions. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, n. 30, v. 3, p. 1-31, 2011.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 39-48, out. 1979.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of definitional construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.

CATAPAN, A.; CHEROBIM, A. P. M. S. Estado da arte da Governança corporativa: estudo bibliométrico nos anos de 2000 a 2010. **RACE**, Joaçaba, v. 9, n. 1-2, p. 207-230, jan./dez. 2010.

CLARKE, T.; KLETTNER, A. Governance issues for SMEs. **Journal of Business Systems, Governance and Ethics**, v. 4, n. 4, 2009.

CLAESSENS, S. **Corporate Governance and Development**. Washington, D.C.: International Finance Corporation, 2003.

CLAESSENS, S.; YURTOGLU, B. **Corporate Governance and Development – An Update**. Washington, D.C.: International Finance Corporation, 2012.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**, junho de 2002. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2018.

DOXSEY, J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila do curso de Metodologia da pesquisa científica da Escola Superior Aberta do Brasil, 2003.

DRAIBE, S. M. Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano. **Revista Lua Nova [online]**, São Paulo, n.31, p. 5-46, dez. 1993.

DUARTE, E.; CARDOZO, M. A.; VICENTE, E. F. R. Governança: uma investigação da produção científica brasileira no período de 2000 a 2009. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n.1, p. 115-127, jan./abr. 2012.

DURISIN, B.; PUZONE, F. Maturation of corporate governance research, 1993 – 2007: an Assessment. **Corporate Governance: An International Review**, v. 17, n. 3, p. 266-291, may 2009.

EGGHE, L. On the law of Zipf-mandelbrot for multi-word phrases. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 3, p. 233-241, feb. 1999.

EGGHE, L.; RAVICHANDRA RAO, I. K. Duality revisited: construction of fractional frequency distributions based on two dual Lotka laws. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 10, p. 789-801, jun. 2002.

EULERICH, M. *et al.* The Publication Landscape of German Corporate Governance Research: A Bibliometric Analysis. **Corporate Ownership & Control**. Ucrânia, v. 10, n. 2-4, p. 661-673, fev./abr. 2013.

ELLEGAARD, O.; WALLIN, J. A. The bibliometric analysis of scholarly production: How great is the impact? **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 1809-1831, dec. 2015.

ESPEJO, M. M. S. B. *et al.* Estado da arte da pesquisa Contábil: Um estudo bibliométrico de periódicos nacional e internacionalmente veiculados entre 2003 e 2007. **Revista de Informação Contábil**, v. 3, p. 94-116, 2009.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of Ownership and Control. **Journal of Law and Economics**. v. 26, n. 2, p. 301-325, jun. 1983.

FAIRTHONE, R. A. Empirical hyperbolic distribution (Bradford – Zipf – Mandelbrot) for bibliometric description and prediction. **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p.521-534, dez. 1969.

FRC. Financial Reporting Council. **The UK Corporate Governance Code**, abril de 2016. Reino unido. Disponível em: <https://www.frc.org.uk/getattachment/ca7e94c4-b9a9-49e2-a824-ad76a322873c/UK-Corporate-Governance-Code-April-2016.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

GARCÍA-MECA, E.; SÁNCHEZ-BALLESTA, J. P. Corporate governance and earnings management: a meta-analysis. **Corporate Governance: An International Review**, v. 17, n. 5, p. 594-610, sep. 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. *Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica*. In: Encontro Nacional de Ciências da Informação, 6, 2005, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFPA, 2005.

HARRIS, J. E. A review of Latin American corporate governance literature: 2000-2009. **Corporate Governance: The international journal of business in society**, v.9, n. 5, p. 635-648, 2009.

HERMANN, J. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 133-149, jan./mar. 2009.

HO, C. K. Corporate governance and corporate competitiveness: an international analysis. **Corporate Governance: An International Review**, v. 13, n. 2, p. 211-253, mar. 2005.

HOLMSTRÖM, B. R. Moral Hazard and Observability. **Bell Journal of Economics**, v. 10, n. 1, p. 74-91, spring 1979.

HUANG, C. Y.; HO, Y. S. Historical research on corporate governance: a bibliometric analysis. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 2, p. 276-284, jan. 2011.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de Governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

IDSA. Institute of Directors in Southern Africa. **King IV Report on Corporate Governance for South Africa**. South Africa: King IV, 2016.

JESOVER, F.; KIRKPATRICK, G. The revised OECD principles of corporate governance and their relevance to non-OECD countries. **Corporate Governance**, v. 13, n. 2, p 127-136, mar. 2005.

JUANIHA, A. M.; BORTOLI, C.; PEIXE, B. C. S. Análise da produção científica internacional sobre a *accountability* no setor público de período de 2011 a 2015. Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 16, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Fipecafi, 2016.

KUMARI, A.; SINGH, S. N. A review paper on E-governance: Transforming government. In: International Conference - Cloud System and Big Data Engineering (Confluence), 6, 2016, Noida. **Anais eletrônicos...** Noida: Confluence, p. 689-692.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, v. 54, n. 2, p. 717-738, 1998.

LETHBRIDGE, E. Governança corporativa. **Revista BNDES**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 209-231, dez. 1997.

LINHARES, I.; COSTA, G.; RÊGO, T. Governança pública: um estudo bibliométrico nos principais eventos nacionais da área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”. Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 1, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CIDESP, 2017.

LINDGREEN, A. SWAEN, V. Corporate Social Responsibility. **International Journal of Management Reviews**. v. 12, n. 1, p. 1-7, 2010.

LISOT, A. Os princípios da Governança corporativa no processo de modernização da gestão da segurança pública no Brasil. **Revista Ordem Pública**, v. 5, n. 1, p. 29-55, jan./jun. 2012.

LOPES, T. M. **Princípios e práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: o caso de uma IES**. 2015. 131 fls. Dissertação (Mestrado em Governança e Sustentabilidade) Instituto de Administração e Economia. Curitiba, 2015.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Science**, v. 16, n. 12, p. 317-323, jun. 1926.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ci. Inf. [online]**, Brasília: v. 27, n. 2, p.134-140, maio/ago. 1998.

MAIA, J. L.; SERIO, L. C. Governança Corporativa e Estratégia Empresarial: Mapeamento Bibliométrico da Produção na Área. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 17, n. 2, p. 160-185, maio/ago. 2017.

MALLIN, C. A. **Corporate Governance**. New York: Oxford University Press, 2004.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARICATO, J. M. **Dinâmica das relações entre ciência e tecnologia: estudo bibliométrico e cientométrico de múltiplos indicadores de artigos e patentes em biodiesel**. 2010. 378 fls.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2010.

MARTINS, H. C.; HILDEBRAND, D. F. N.; ZIVIANI, F. Governança corporativa: um estudo da produção científica da Anpad no período de 2000 a 2007. In: Encontro da ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

MARQUES, M. C. C. Aplicação dos princípios da Governança corporativa ao sector público. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 11-26, abr./jun. 2007.

MAZZIONI, S. *et al.* Governança corporativa: análise bibliométrica do período de 2000 a 2012. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2015.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, sep. 1977.

MIRANDA, R. A.; AMARAL, H. F. Governança corporativa e gestão socialmente responsável em empresas estatais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1069-1094, jul./ago. 2011.

MURITIBA, S. N. *et al.* Governança corporativa no Brasil: uma análise bibliométrica das publicações dos últimos doze anos. In: Seminário em Administração, 13, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: SEMEAD, 2010.

NASCIMENTO, J. P. B. *et al.* Governança corporativa em foco: uma análise na produção científica dos anais e periódicos da Universidade de São Paulo. In: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 6, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: SEGeT, 2009.

NASSIF, E.; SOUZA, C. L. Conflitos de agência e Governança corporativa. **Caderno de Administração (FEA-USP)**, v. 7, n. 1, p. 01-20, jan./dez. 2013.

OECD. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OECD principles of corporate governance**. Paris: OECD, 1999.

OECD. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OECD guidelines on corporate governance of State-owned enterprises**. Paris: OCDE Publishing, 2005.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems**: methods and examples. Paris: OECD, 1997.

ORDÓÑEZ, M. G. *et al.* Análisis bibliométrico de la Revista de Economía Institucional en sus primeros diez años. **Revista de Economía Institucional**, v. 11, n. 20, p. 309-353, jan./jun. 2009.

PEIXE, B. C. S.; ROSA FILHO, C.; PASSOS, G. A. Governança pública e *accountability*: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. In:

Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 16, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2016.

PERDIGÃO, L. Z.; NIYAMA, J. K.; SANTANA, C. M. Contabilidade, Gestão e Governança: análise de doze anos de publicação (1998 a 2009). **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 3-16, set./dez. 2010.

PINHEIRO, A. S.; CARRIERI, A. P.; JOAQUIM, N. F. Esquadrinhando a Governança corporativa: o comportamento dos personagens sob o ponto de vista dos discursos dos autores acadêmico. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 231-242, set./dez. 2013.

POTTER, W. G. Lotka's Law revisited. **Library Trends**, v. 31, p. 21-39, 1981.

RAMOS-RODRIGUEZ, A. R.; RUIZ-NAVARRO, J. Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the Strategic Management Journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, v. 25, n. 10, p. 981-1004, aug. 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, H. C. M. *et al.* Governança Corporativa: um estudo bibliométrico da produção científica das dissertações e teses brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 52-70, set./dez. 2012.

RIBEIRO, H. C. M.; FERREIRA, M. A. S. P. V.; COSTA, B. K. Produção acadêmica dos temas estratégia e Governança Corporativa. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 13, n. 3, p. 27-46, jul./set. 2014.

RIBEIRO, H. C. M.; MURITIBA, S. N.; MURITIBA, P. M. Perfil e crescimento dos temas "Governança corporativa" e "estratégia": uma análise dos últimos 11 anos nos periódicos da área de administração no Brasil. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 82, p. 83-99, jan./abr. 2012.

RIBEIRO, H. C. M.; SANTOS, M. C. D. Perfil e Evolução da Produção Científica do Tema Governança Corporativa nos periódicos Qualis/Capes Nacionais: Uma Análise Bibliométrica e de Redes Sociais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 4-27, set./dez. 2015.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SALLUM JR, B.; KULGEMAS, E. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-159, set./dez. 1991.

SCHUBERT, A.; SCHUBERT, G. Lawmaker "pioneers" of scientometrics. **Orvosi Hetilap**, v. 157, n. 2, 74-78, jan. 2016.

SERPA, D. A. F.; FOURNEAU, L. F. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 83-103, jul./set. 2007.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, jun. 1997.

SINGLENTON, J. R. *et al.* **Aproches to social research**. New York: Oxford University Press, 1970.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas**: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**: teoria e prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil**. 2002, 152 fls. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. 2004. 250 fls. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SPLITTER, K. *et al.* Uma das características dos trabalhos "ditos" bibliométricos publicados no EnANPAD entre 2000 e 2011. In: Encontro da ANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SUBRATA DEY, K.; SOBHAN, M. A. E- Governance Framework for higher education institutes using grid: Digital Bangladesh perspective. In: Conference on Computer and Information Technology, 14, 2011, Dhaka. **Anais eletrônicos...** Dhaka: ICCIT, 2011.

TAI, F.-M.; CHUANG, S.-H. Corporate Social Responsibility. **IBusiness**, v. 6, p. 117-130, 2014.

TEIXEIRA, M. L. M.; IWAMOTO, H. M.; MEDEIROS, A. L. Estudos bibliométricos (?) em Administração: discutindo a transposição de finalidade. **Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 423-452, jul./set. 2013.

VIJU, V. G. W. Application of Bradford's Law of Scattering to the Literature of Library & Information Science: A Study of Doctoral Theses Citations Submitted to the Universities of Maharashtra, India. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**, n. 1054, p. 1-44, winter 2013.

ZAPATA, C. B. Revisión biliométrica del concepto de gobierno corporativo. **Management**, v. 30, n. 17, p. 73-101, 2009.

ZIPF, G. K., **Human Behaviour and the Principle of Least Effort**. Cambridge: Addisson-Wesley Press, 1949.

ANEXO – Instrumento de coleta: *checklist*

Instrumento de coleta – Marco 0

DADOS DO REGISTRO	
Código do arquivo	
Ano de publicação	

DADOS DOS AUTORES*	
Nome do(a) autor(a)	
IES	

* Pode incluir espaços para “Nome do(a) autor(a)” e “IES”, de acordo com a quantidade de autores do artigo.

DADOS DO ARTIGO	
Título do artigo	
Objetivo geral (retirar do resumo)	
Problema de pesquisa (retirar da introdução)	
Objeto de estudo ou unidade de análise	

Instrumento de coleta – Marco 1

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	
Método de pesquisa**	Comparativo
	Dedutivo
	Dialético
	Estatístico
	Indutivo
	Hipotético-dedutivo
	Histórico
	Monográfico
Abordagem metodológica**	Empirismo (empírica)
	Estruturalismo
	Fenomenologia
	Sistêmica
	Positivismo
Estratégia de pesquisa***	Bibliografia (bibliográfica)
	Descritiva
	Diagnóstico
	Discurso do sujeito coletivo

	Documental
	Estudo de caso
	Etnográfica
	Experimental
	Explicativa

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	
Estratégia de pesquisa	Exploratória
	Grounded theory
	Historiográfica
	Levantamento (<i>survey</i>)
	Pesquisa de avaliação
	Pesquisa-ação
	Proposição de planos e programas
	Quase-experimental
Recorte temporal	Longitudinal
	Transversal
Origem dos dados	Dados primários
	Dados secundários
	Dados primários e secundários
Técnica de coleta***	Checklist
	Entrevista
	Escalas sociais e de atitudes
	Formulário
	Focus group
	História oral ou de vida
	Laddering
	Observação
	Observação participante
	Painel
	Questionário

** No espaço indicado, apontar o que está escrito no artigo e no caso de ausência de informações, apontar o que você compreende ao ler a metodologia.

*** Pode incluir espaços para “Estratégia de pesquisa”, de acordo com a quantidade mencionada no artigo.

Instrumento de coleta – Marco 2

UNIVERSO E/OU AMOSTRA	
Universo ou amostra****	

Amostragem probabilística	Aleatória simples
	Aleatória sistemática
	Conglomerados (grupos ou cluster)
	Estratificada
Amostragem não probabilística	Acessibilidade ou conveniência
	Acidental, casual ou conveniente
	Bola de neve
	Cotas (quotas)
	Dupla
	Especialistas
	Indivíduos voluntários
UNIVERSO E/OU AMOSTRA	
Amostragem não probabilística	Julgamento
	Sequencial

**** Informar se os artigos apontam se os autores realizam algum levantamento (universo ou população) ou fazem uso da amostragem, para definir quantos e quais indivíduos participam do estudo.

TÉCNICAS*****	
Avaliação quantitativa	Análise conjunta
	Análise de agrupamentos
	Análise de cluster
	Análise de correspondência
	Análise de variância
	Análise discriminante
	Análise fatorial confirmatória
	Análise fatorial exploratória
	Análise multivariada da variância
	Análise não-paramétrica
	Análise paramétrica
	Correlação entre variáveis
	Estatística descritiva
	Estatística inferencial
	Modelagem de equações estruturais
	Regressão com dados em painel
	Regressão linear múltipla
	Regressão linear simples
	Regressão logística
	Teste de hipóteses

	Teste qui-quadrado (X^2)
Avaliação qualitativa	Análise de conteúdo
	Análise de discurso

***** Pode incluir espaços para “Avaliação quantitativa” e “Avaliação qualitativa”, de acordo com a quantidade mencionada no artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Recomendações para estudos futuros*****	

***** Pode incluir espaços para “Recomendações para estudos futuros”, de acordo com a quantidade mencionada no artigo.

APÊNDICE – Amostra de periódicos que publicaram sobre o tema

Periódico	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Adm. Made (Universidade Estácio De Sá)		1					
Alcance (Univali)			2				
Bar. Brazilian Administration Review	1						
Base Revista De Administração E Contabilidade Da Unisinos	2	1	1				
Bbr. Brazilian Business Review (Edição Em Português. Online)			4				
Caderno De Pesquisas Em Administração (Usp) (Cessou Em 2005. Cont. Issn 1809-2276 Rege. Revista De Gestão Usp)	3	1	3				
Cadernos Ihu Idéias (Unisinos)			2				
Ciências Sociais Unisinos		2					
Contabilidade, Gestão E Governança	1	1	2				
Contabilidade Vista & Revista	3	2	2				
Custos E @Gronegocio Online			1				
Economia	2		1				
Em Questão		1					
Enfoque		1					
Gestão & Planejamento	2						
Gestão & Produção	1	1					
Gestão & Regionalidade	2		1				
Interações (Campo Grande)			1				
Mercator (Fortaleza. Online)		1					
Organizações & Sociedade	1	2		1		1	
Organizações Rurais & Agroindustriais		2	1				
Pretexto (Belo Horizonte)			2				
Rac. Revista De Administração Contemporânea	2	1	3	1			
Rama - Revista Em Agronegócio E Meio Ambiente	2						
Revista Universo Contábil	1	2	2				
Revista Brasileira De Gestão De Negócios	1	1		1			
Revista Direito GC			1				
Revista Gestão Universitária Na América Latina			1				
Organizações Em Contexto	1	1					
Revista De Administração E Contabilidade Da Unisinos		1	1				

Contabilidade Vista & Revista	1						
Enfoque: Reflexão Contábil		1					
Contabilidade, Gestão E Governança			2				
Revista Gestão E Regionalidade			1				
Revista Sociedade, Contabilidade E Gestão			1				
Revista Economia E Gestão			1				
Rae - Revista De Administração De Empresas				1		1	
Rausp - Revista De Administração (Fea-Usp)	1	1	3	1	1		
Read. Revista Eletrônica De Administração		1					1
Recadm : Revista Eletrônica De Ciência Administrativa		1			1		
Rege Revista De Gestão	1	1		2	2	1	
Reunir: Revista De Administracao, Ciencias Contabeis E Sustentabilidade		2				2	1
Revista Alcance Eletrônica				1			
Revista Brasileira De Finanças						2	1
Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional		1					1
Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde (Online)				1			
Revista Catarinense Da Ciência Contábil			1	1	2	1	
Revista Científica Hermes						1	1
Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)		1	1	2	1	1	1
Revista De Administração Da Ufsm	1		2	1			1
Revista De Administração Da Unimep				1	1	2	1
Revista De Administração Faces Journal		1			2	2	2
Revista De Administração Mackenzie		1		2	1		1
Revista De Administração Pública	1	2	2	1	1	1	1
Revista De Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da Uerj			1		1	1	2
Revista De Contabilidade E Organizações		1	1	1	2	1	1
Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade				2			2
Revista De Gestão, Finanças E Contabilidade			1	2	3	2	2
Revista De Negócios		1	1	1	1	1	
Revista De Sociologia E Política (Ufpr. Impresso)				1	1		2
Revista De Economia E Sociologia Rural			2				

Revista De Gestão Da Tecnologia E Sistemas De Informação		1					
Revista De Gestão E Secretariado	1						
Revista Do Serviço Público				1	1		
Revista Economia & Gestão					2	2	
Revista Eletrônica De Estratégia E Negócios					1		1
Revista Gestão & Tecnologia					2	1	
Revista Gestão Organizacional (Rgo)	1		2	1	2		
Revista Gestão Universitária Da América Latina			1			1	
Revista Ibero-Americana De Estratégia	1						
Revista Organizações Em Contexto (Online)	1	1				2	2
Revista Pretexto			1			1	1
Rgsa: Revista De Gestão Social E Ambiental					2	2	1
Rosa Dos Ventos					1		
Sociedade, Contabilidade E Gestão						2	1
Tecnologias De Administração E Contabilidade						1	
Teoria E Prática Em Administração				2			
Turismo: Visão E Ação (Online)					1	1	
Unb Contábil				3	2	6	2
Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana						1	
Total	34	39	55	31	34	40	29

Fonte: Dados da pesquisa (2018).